

Planejamento Público no Brasil

Empresa Brasil Comunicações S/A - EBC

Brasília - DF, 04 de fevereiro de 2014



Ministério do
Planejamento

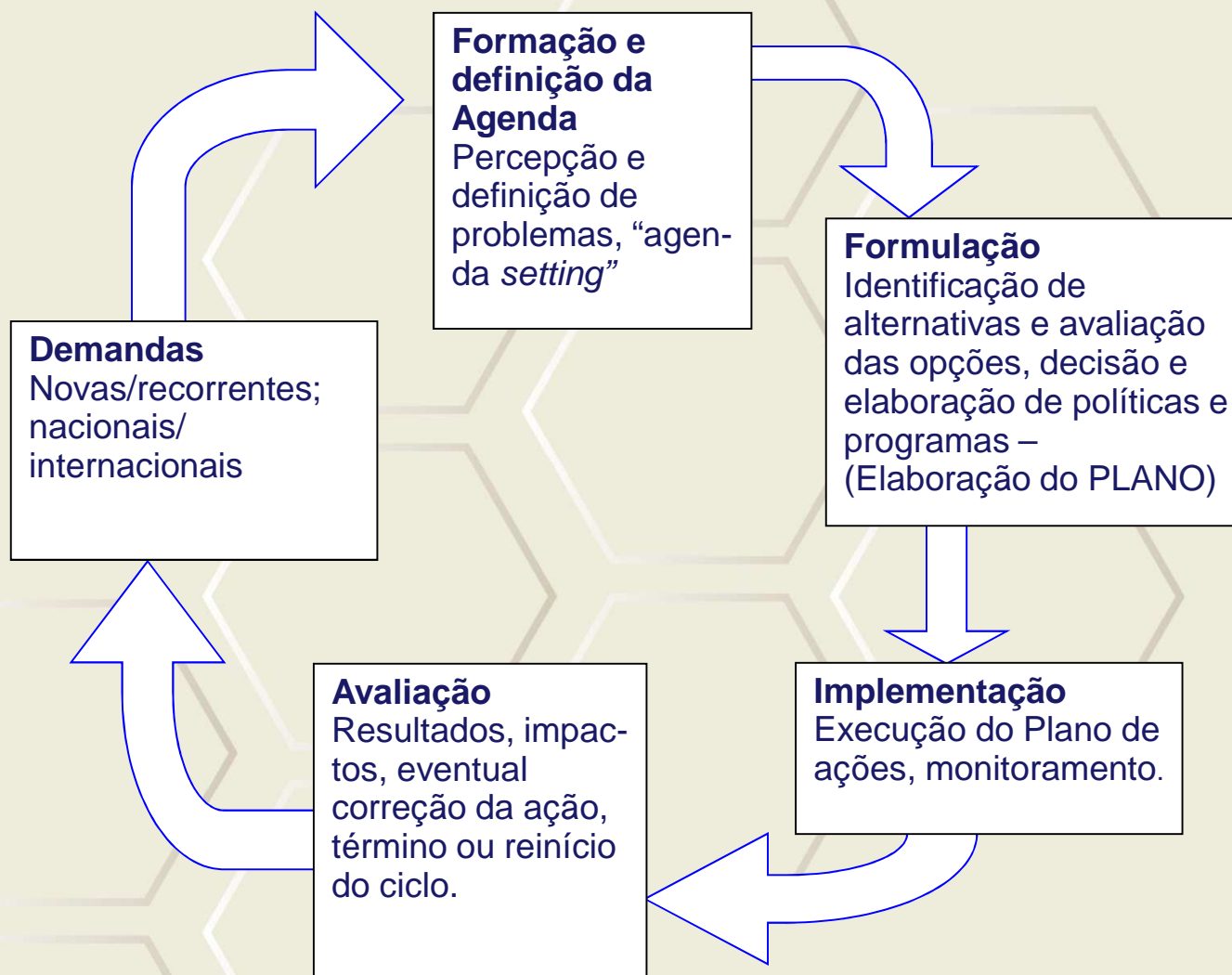


Planejamento de Políticas Públicas

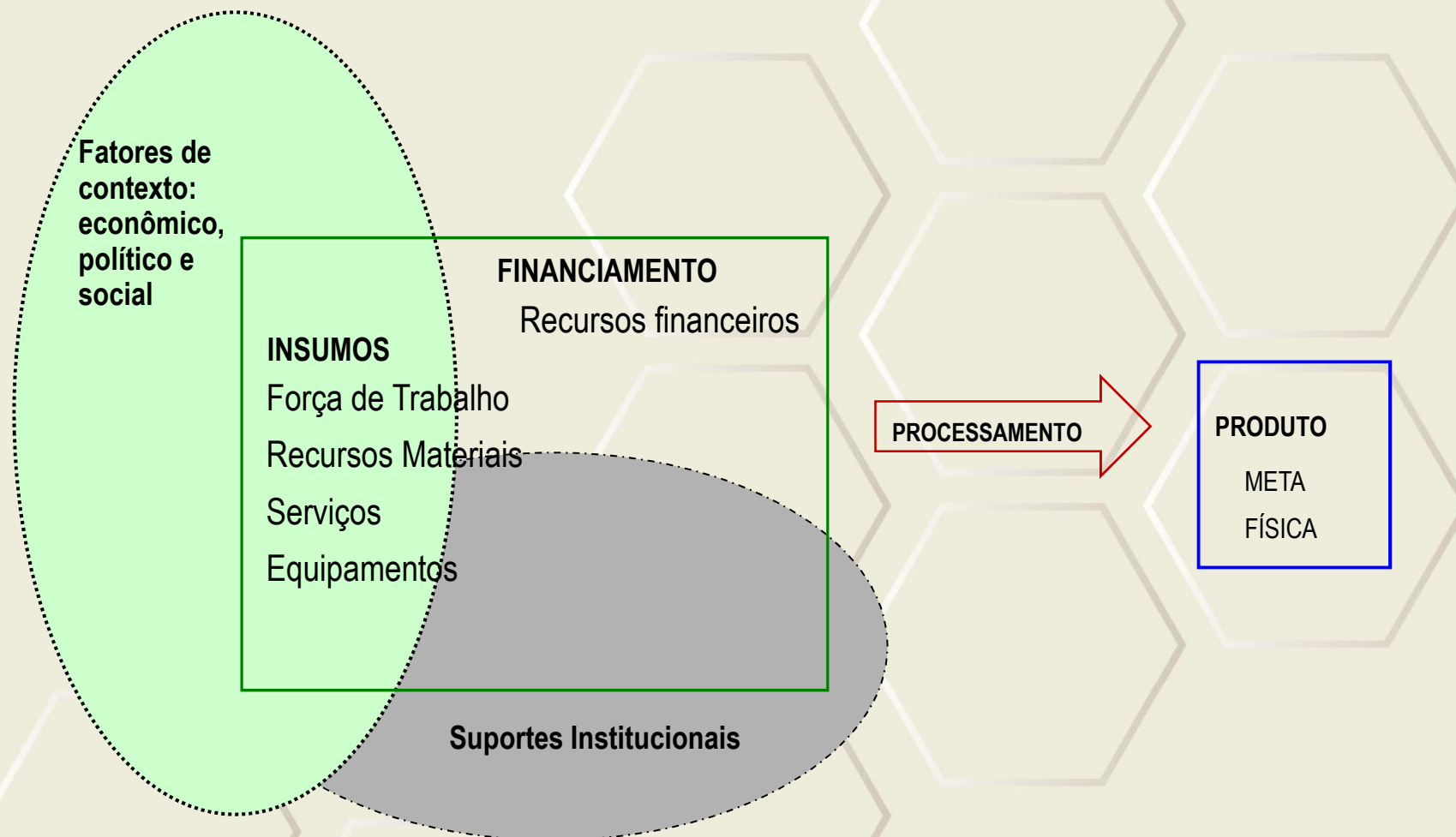
Trata-se de uma representação didática. O processo não se dá de forma linear e é dinâmico.

O planejamento é um processo incessante e contínuo, no qual se repetem, constantemente, o cálculo, a ação, a avaliação de resultados e a correção dos planos. O plano está pronto mas, ao mesmo tempo, sempre está sendo feito.

PLANEJAMENTO É O CÁLCULO QUE PRECEDE E PRESIDE A AÇÃO



Planejamento de Programas/ações/Iniciativas



Planejamento e desenvolvimento

1930-1979

Auge

Mas com predomínio
de regimes autoritários

1980-2002

Declínio

Mas com
redemocratização

2003-

Retomada

Com foco na
inclusão social



Planejamento Público no Brasil

Planos Setoriais de criação de infraestrutura econômica e social:

- Plano Especial (1939-1944),
- Plano de Obras e Equipamentos - (1944-1948),
- Plano SALTE (1950-1954) Focado na Saúde, Alimentos, Transporte e Energia. (Gov. Gaspar Dutra)
- Plano de Metas (1956-1960). Programa de industrialização e modernização levado a cabo na presidência de Juscelino Kubitschek (1956-19610). Foi o planejamento de um conjunto de investimentos até então ainda não realizado no Brasil

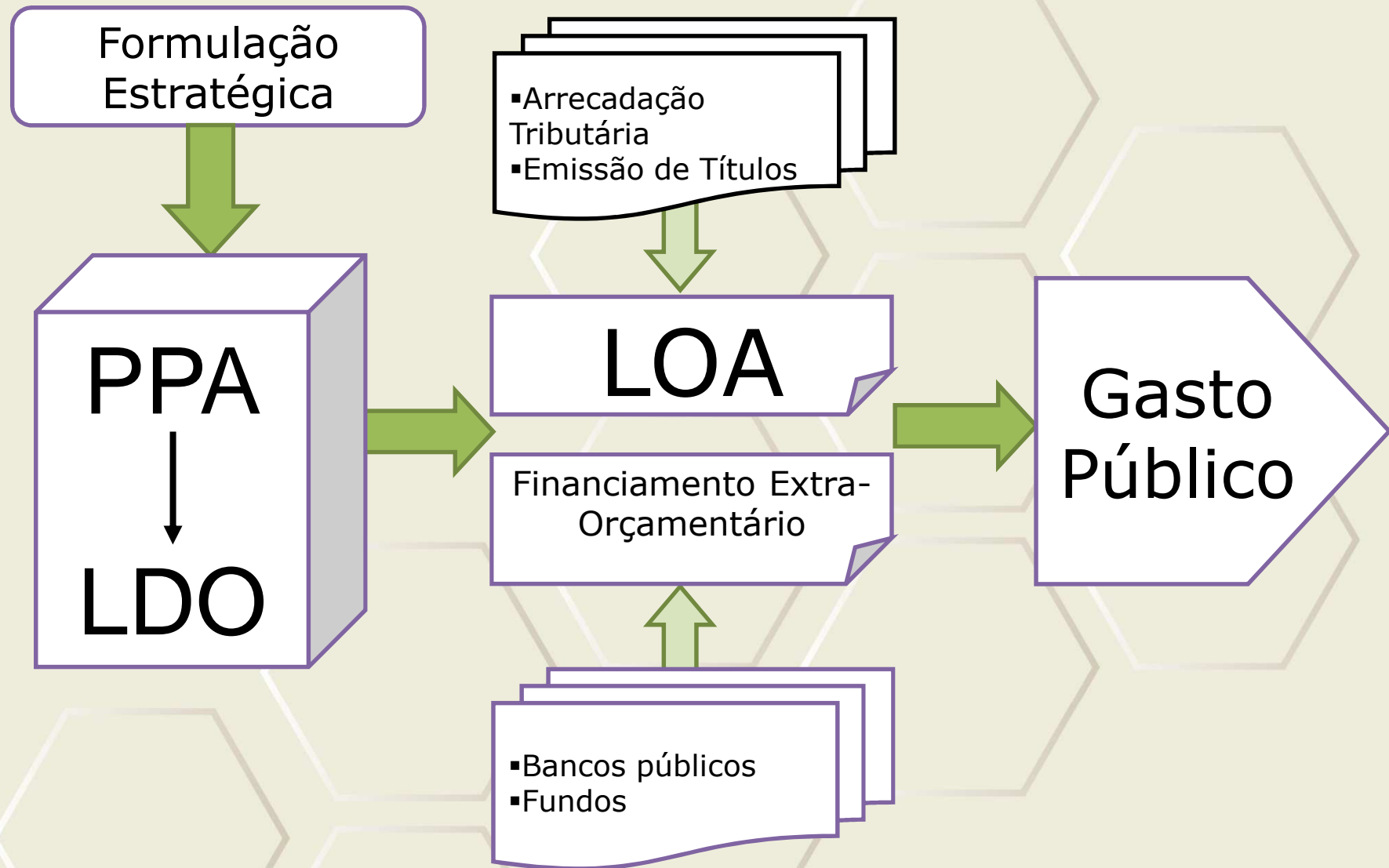
Planejamento Público no Brasil

- Planos Nacionais de fomento ao rápido crescimento econômico
 - Programa de Ação Econômica do Governo PAEG (1964-1966) que tinha dois objetivos: formular políticas de combate a inflação e políticas associadas a reformas estruturais.
 - Plano Decenal (1967-1976)
 - Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970)
 - Metas e Bases (1970-1972)
 - I PND (1972-1974)
 - II PND (1975-1979)
 - III PND (1980-1985)

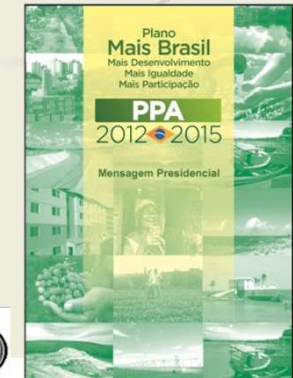
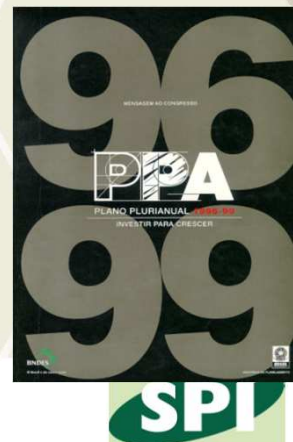
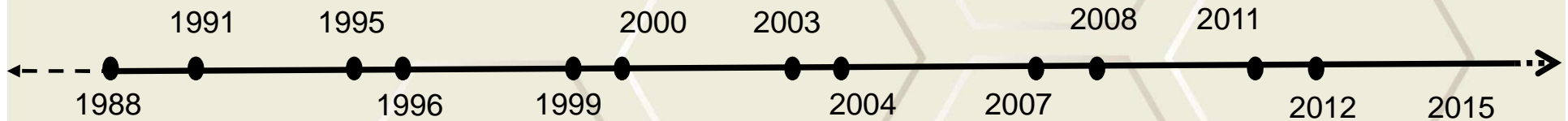
Planejamento Público no Brasil

- Planos de estabilização macroeconômica
 - Plano Cruzado (Fev/1986)
 - Plano Cruzado II (Nov/1986)
 - Plano Bresser (Jun/1987)
 - Plano Verão (Jan/1989)
 - Plano Collor I (Mar/1990)
 - Plano Collor II (Jan/1991)
 - Plano Real (Jun/1993)

Ciclo de planejamento



Planos Plurianuais



Ministério do
Planejamento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Trajetória das estratégias dos PPAs 2004-2015

PPA 2004-2007

- › Inclusão social;
- › Desconcentração de renda (valorização do salário mínimo);
- › Fortalecimento do mercado interno;
- › Redução da vulnerabilidade externa;
- › Fortalecimento da democracia e da cidadania;
- › Investimento em infraestrutura .

PPA 2008-2011

- › Manutenção e expansão dos investimentos em infraestrutura (PAC, MCMV);
- › Garantia para a educação de qualidade (PDE);
- › Agenda Social, ampliação do Programa Bolsa Família.

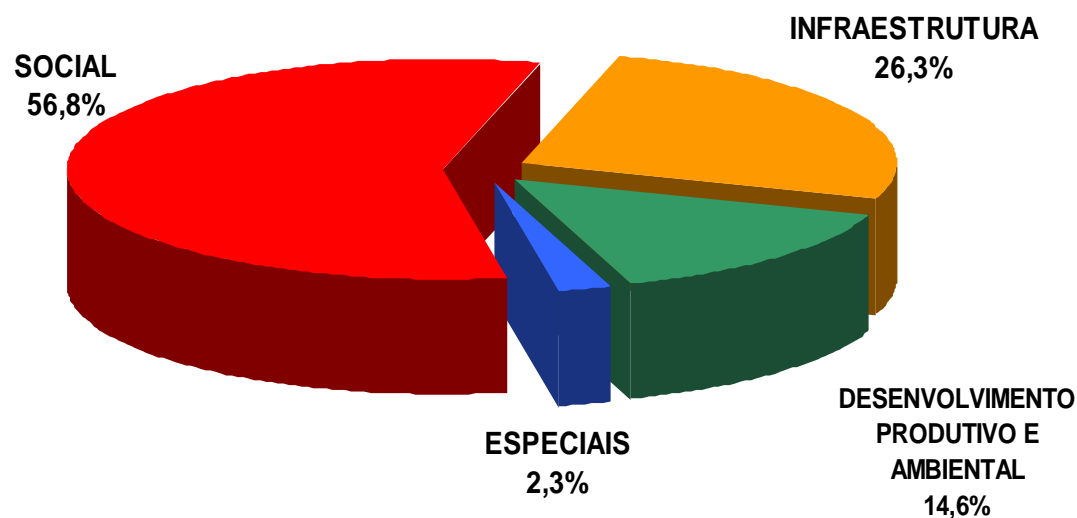
PPA 2012-2015

- › Projeto Nacional de Desenvolvimento: redução das desigualdades regionais e entre o rural e o urbano;
- › Transformação produtiva ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda;
- › Erradicação da pobreza extrema (BSM).

Alocação de recursos financeiros PPA 2012-2015

Distribuição dos recursos financeiros
nos Programas Temáticos do PPA
2012-2015

Área Temática	Quantidade de Programas Temáticos	Valores estimados (R\$ Bilhões)	%
SOCIAL	25	2.580	57%
INFRAESTRUTURA	15	1.194	26%
DES. PRODUTIVO E AMBIENTAL	17	663	15%
ESPECIAIS	8	104	2%
TOTAL	65	4.541	100%



PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

DIMENSÕES

ECONÔMICO

SOCIAL

AMBIENTAL

TERRITORIAL

POLÍTICO/
INSTITUCIONAL

EIXOS

Macroeconômica
para
o desenvolvimento

Proteção Social/
Direitos da cidadania

Infraestrutura
Econômica e social

Produção com
sustentabilidade e
inovação

Inserção
internacional
soberana

Fortalecimento do
Estado, planejamento,
gestão e participação

INICIATIVAS

- Controle da inflação;
- Solidez fiscal;
- Redução dos spreads bancários;
- Política de valorização do salário mínimo;
- Política industrial com ênfase na agregação de valor, conteúdo local e inovação;
- Programa Minha Casa Minha Vida;
- Expansão do crédito;
- Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)
- Ampliação dos benefícios monetários e socioassistenciais às famílias;
- Geração de oportunidades às famílias pobres;
- Universalização da Saúde (SUS)
- Programa Mais Médicos;
- Universalização da educação básica;
- Expansão da educação profissional;
- Consolidação do Plano nacional de políticas para as mulheres;
- Intensificação das ações de comando e controle do desmatamento na Amazônia;
- Reconhecimento dos direitos dos trabalhadores domésticos;
- Estímulos à formalização das relações de trabalho.

RESULTADOS

Erradicação da
extrema
pobreza

Redução das
desigualdades
sociais e regionais

Ampliação do
emprego e da
massa salarial

Maior qualidade
na prestação de
serviços públicos

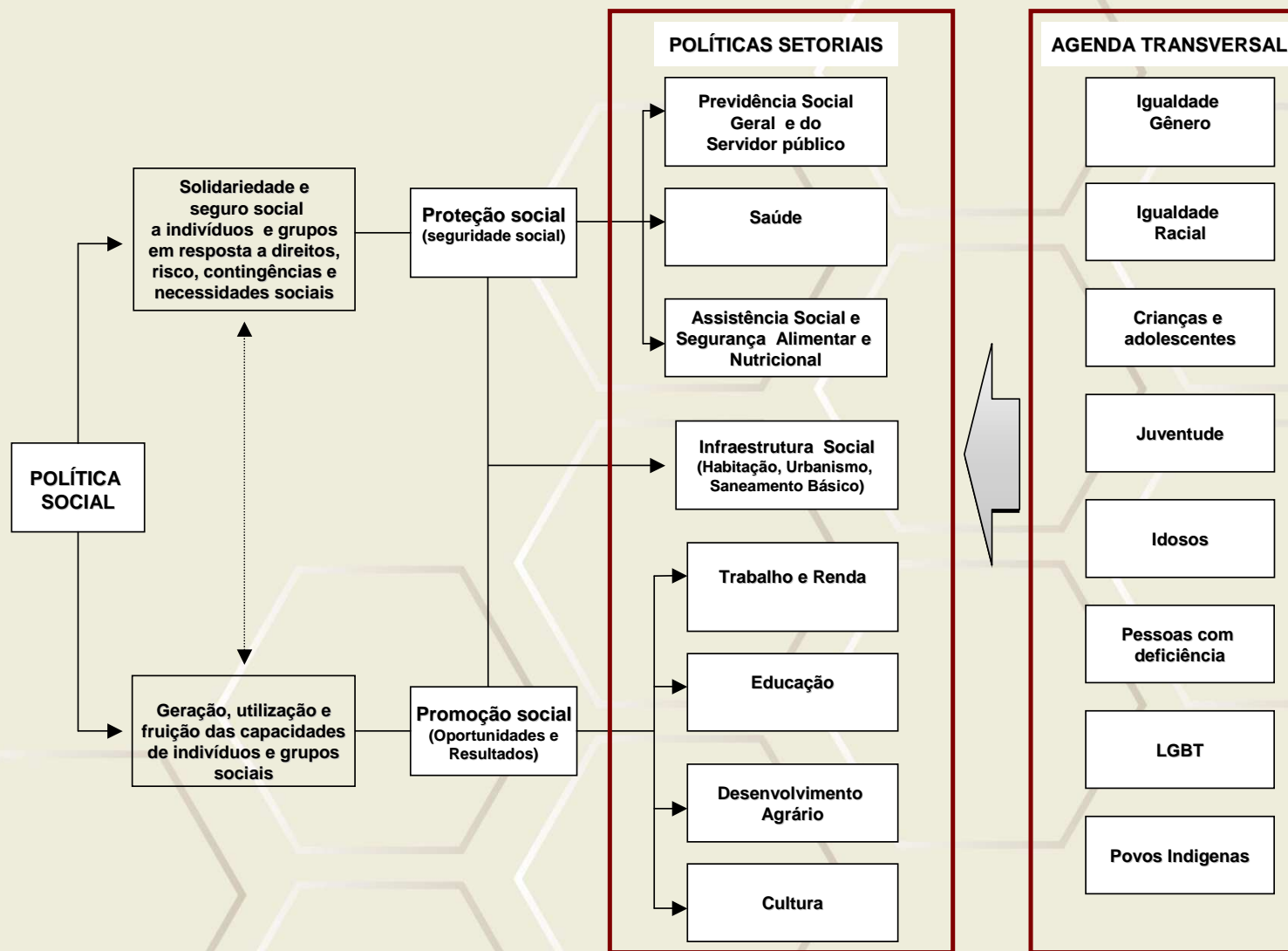
Fortalecimento da
rede policêntrica
de cidades

Melhoria da
infraestrutura
econômica e social

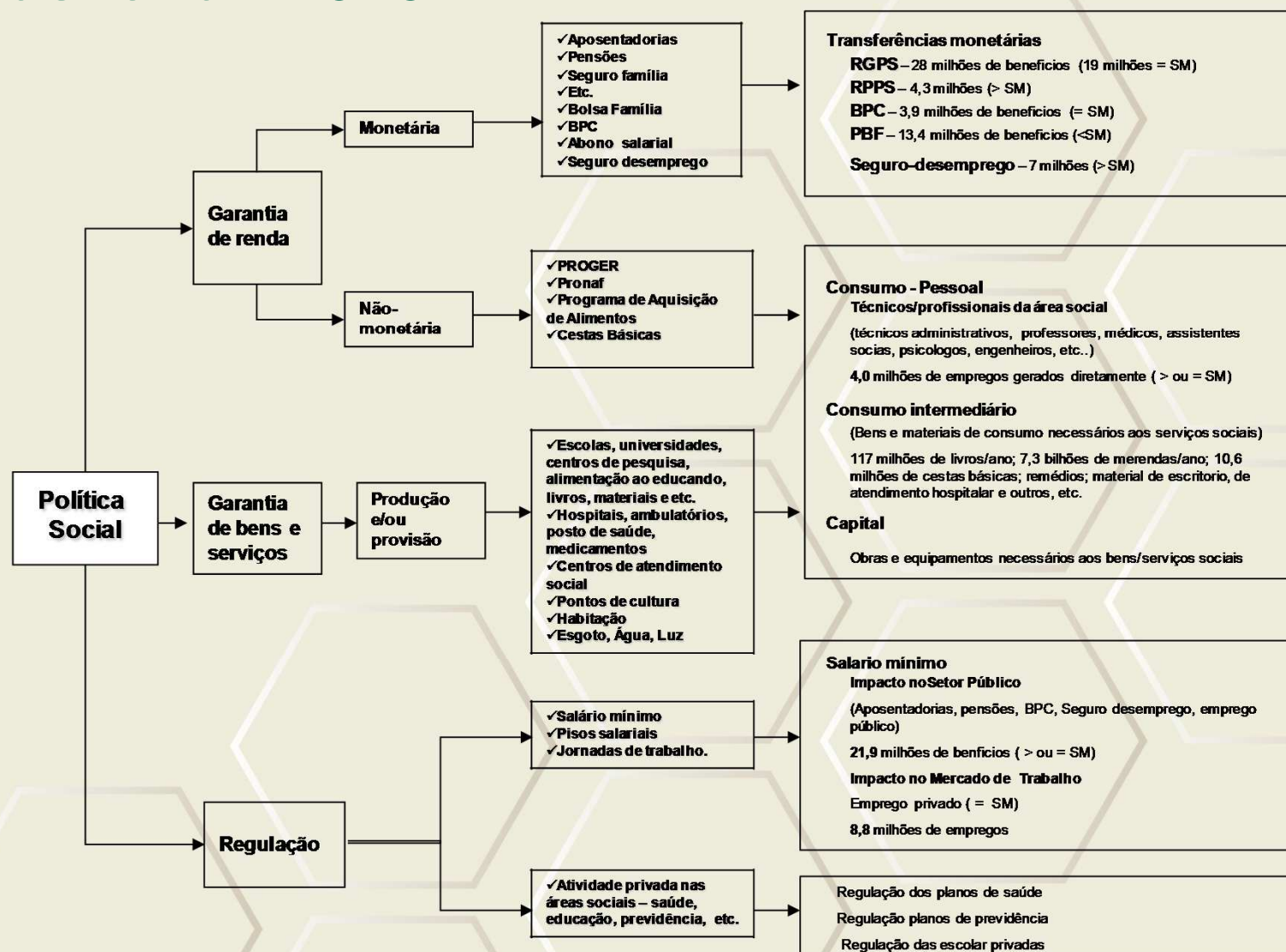
Aumento da
produtividade e
da competitividade

Aproveitamento
sustentável
da biodiversidade

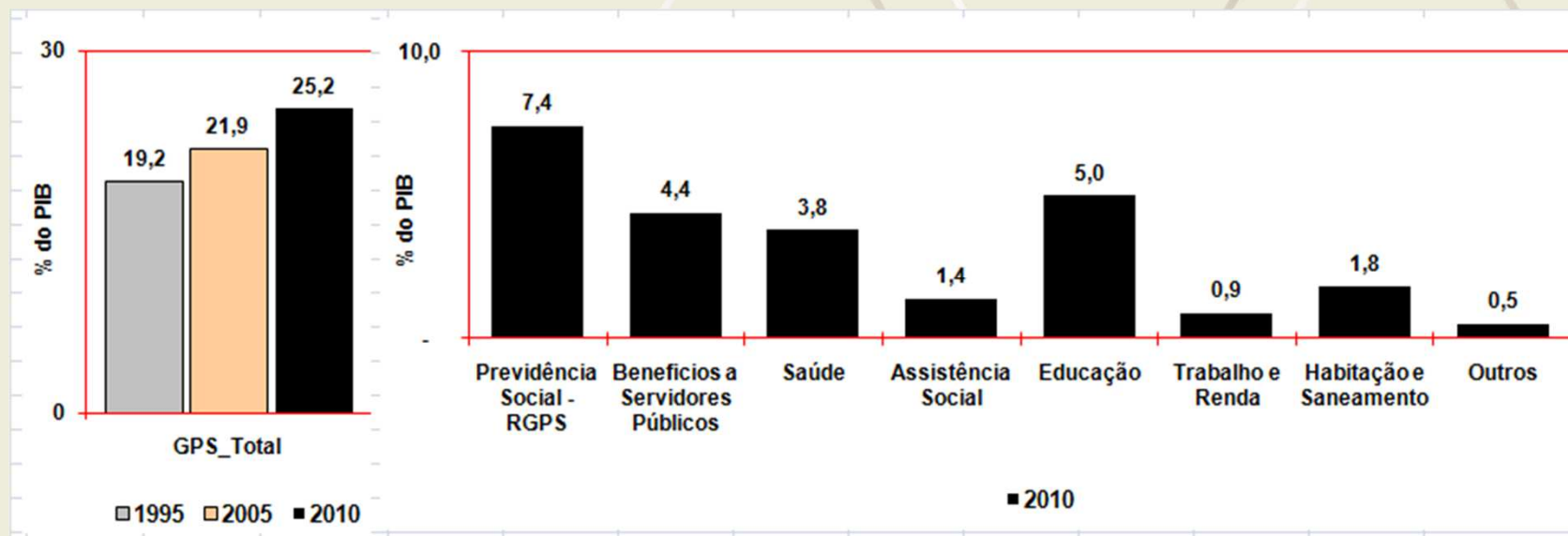
Políticas Públicas da política social brasileira - 2012



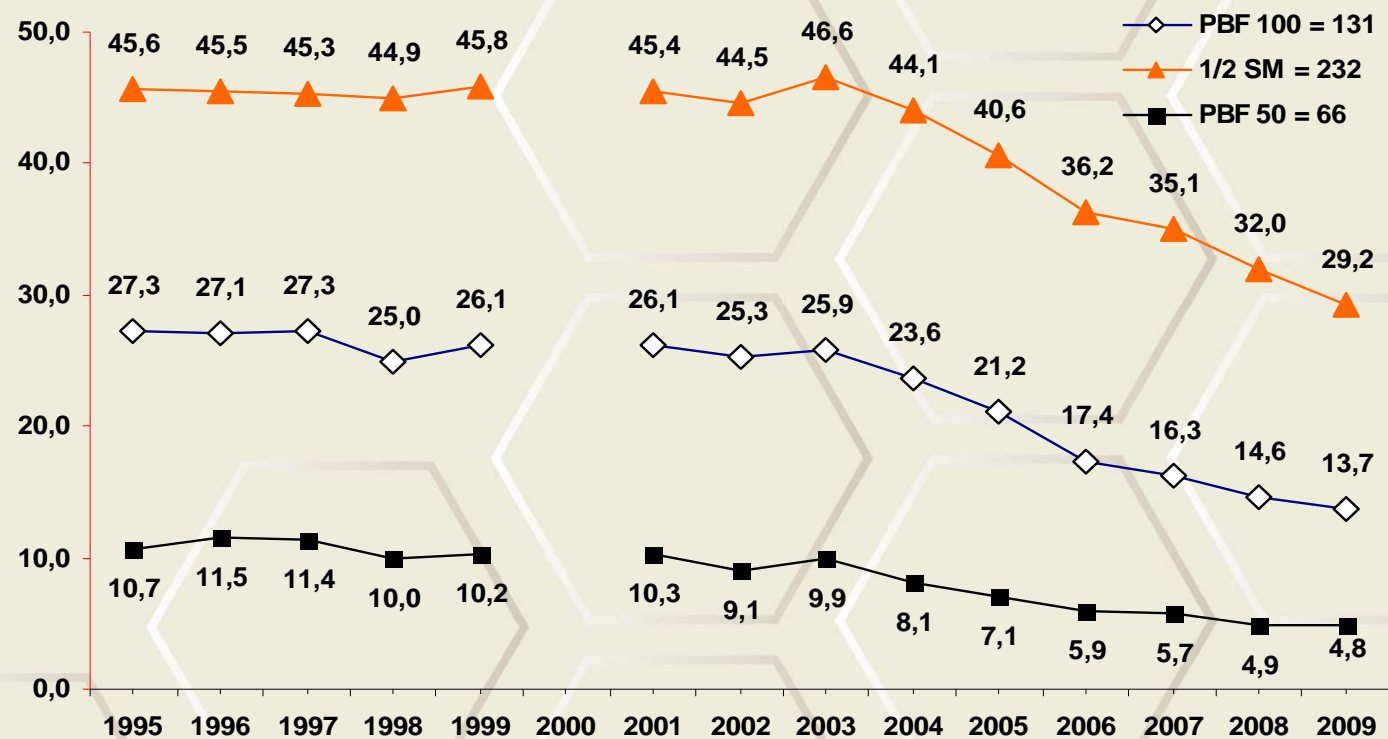
Tipos de intervenção da política social brasileira - 2010



Gasto Público Social e áreas de atuação em % do PIB –1995, 2005 e 2010

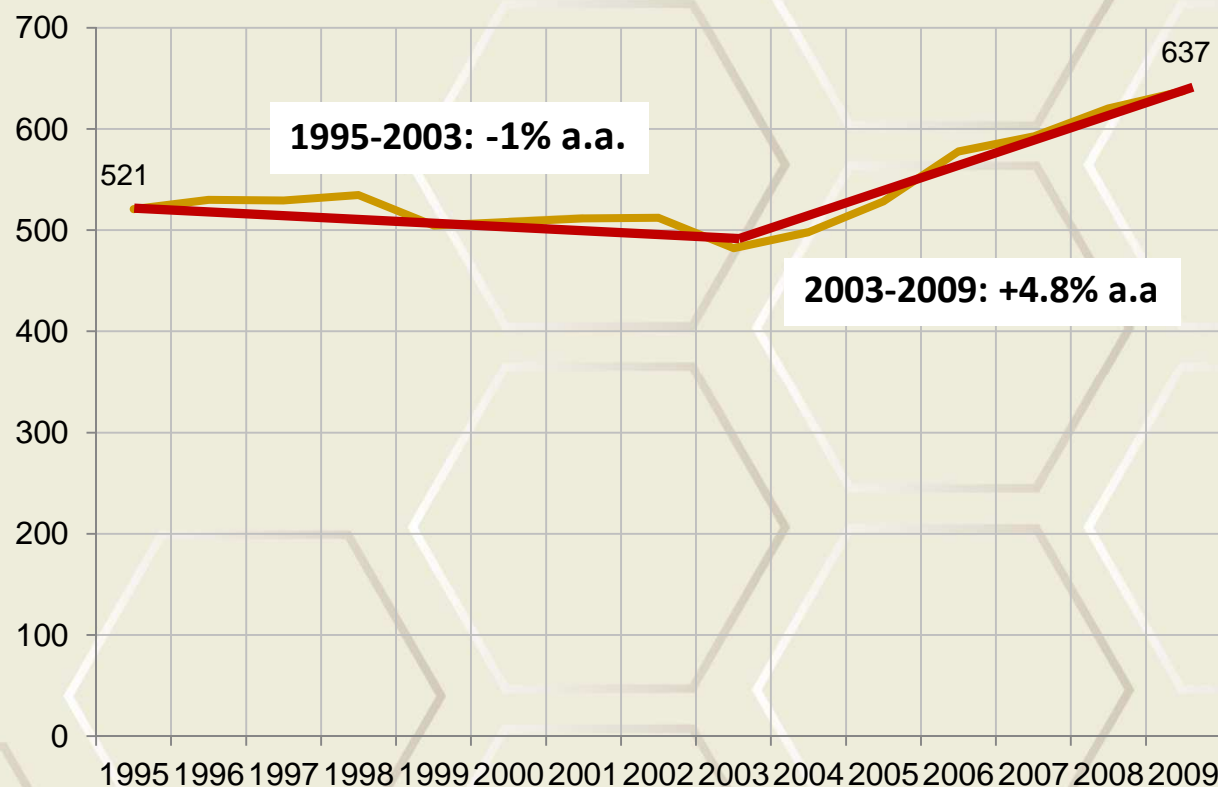


Evolução da pobreza no Brasil 1995-2009



Renda domiciliar per capita

(R\$ setembro/2009)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1995-2009.
Excluída área rural da Região Norte (exceto Tocantins).

Crescimento real da renda 1995-2009: +22.4%

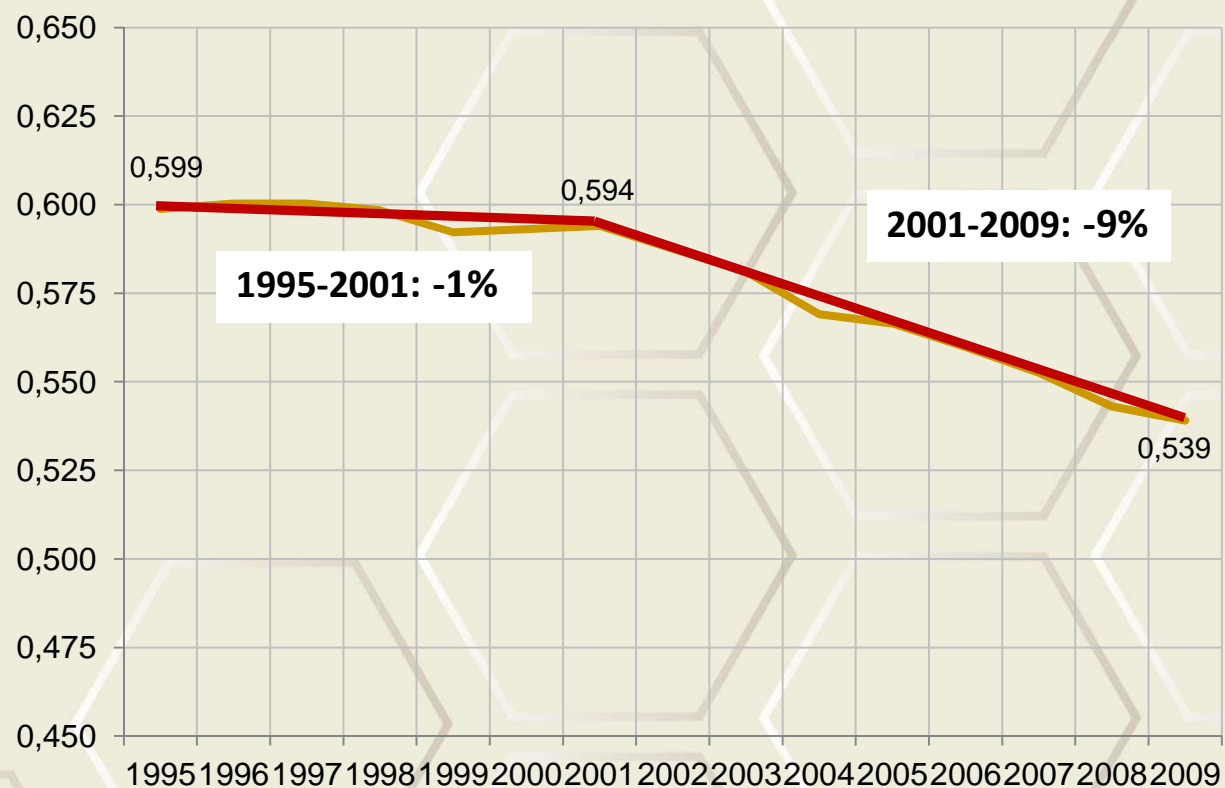


Ministério do
Planejamento



Desigualdade

(Índice de Gini)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1995-2009.
Excluída área rural da Região Norte (exceto Tocantins).

Planejamento dos investimentos públicos:

- **Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2**
- **Programa de Investimentos em Logística – PIL**
- **Novos marcos regulatórios dos setores de infraestrutura**

EIXOS DO PAC 2



Importância do PAC

- **Planejamento dos investimentos necessários ao crescimento econômico permanente do país**
- **Garante previsibilidade dos investimentos que deverão ser feitos no médio prazo**
- **Apoio do Governo Federal aos Municípios no enfrentamento dos graves problemas urbanos**

PAC: ELEMENTO DE PLANEJAMENTO DO INVESTIMENTO PÚBLICO

PAC 1 – 2007-2010

	R\$ bilhões
LOGÍSTICA	81,6
ENERGÉTICA	300,1
SOCIAL E URBANO	275,7
TOTAL	657,4

PAC 2 – 2011-2014

	R\$ bilhões
LOGÍSTICA	158,0
ENERGÉTICA	466,3
SOCIAL E URBANO	365,1
TOTAL	989,4

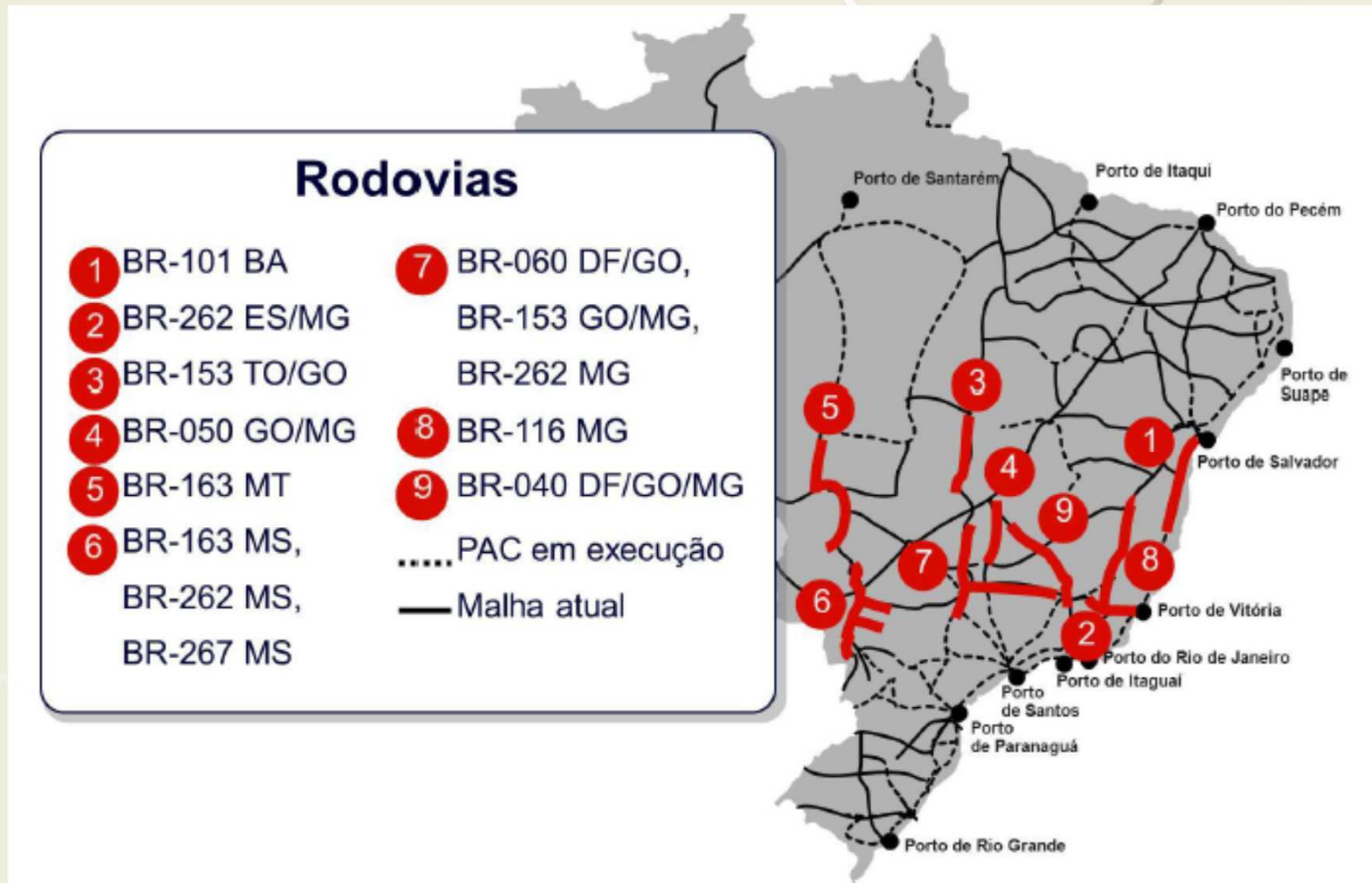
Programa de concessões em infraestrutura

Em R\$ bilhões



Fonte: EPL, EPE e MME
Elaboração: Ministério da Fazenda

NOVOS INVESTIMENTOS EM CONCESSÕES DE RODOVIAS – R\$ 42 bilhões – 7,5 mil km



Efeito dos investimentos em infraestrutura

- **Elevado multiplicador do PIB:** estudos indicam que cada aumento de R\$ 1 no investimento público em infraestrutura pode elevar em R\$ 3 ou mais o crescimento do PIB no longo prazo.
- **Aumento de produtividade da economia:** estudos indicam que um aumento de 1% no capital investido em infraestrutura gera um incremento de 0,48% a 0,53% na produtividade da economia.
- **Melhoria na qualidade de vida da população:** serviços de melhor qualidade e com preços menores, maior mobilidade urbana, menos poluição, entre outros.
- **Projetos são atrativos e rentáveis:** longo prazo e alta taxa de retorno

Obrigado!

Jorge Abrahão de Castro

Diretor – Departamento de Planejamento

Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

E-mail: jorge.castro@planejamento.gov.br



Ministério do
Planejamento

